

925847AF-e

Veto Total nº 04/23

Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 243
Disponibilização: 22/12/2022
Publicação: 21/12/2022

Estado de Rondônia
Assembleia Legislativa

15 FEV 2023

Protocolo 04/23

LIDO NA SESSÃO 07 DIA

Governo do Estado de

15 FEV 2023

RONDÔNIA

AO EXPEDIENTE

13/02/2023

Presidente

GOVERNADORIA - CASA CIVIL

MENSAGEM Nº 362 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022.

SECRETARIA LEGISLATIVA

RECEBIDO

13h38 min

13 FEV 2023

Edineide Lops
Servidor(nome legível)

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Com amparo no § 1º do artigo 42 da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências que vetei totalmente o Autógrafo de Lei nº 1624/2022, de 30 de novembro de 2022, que "Faculta o registro, nos documentos pessoais de identificação, no âmbito do estado de Rondônia, das informações que especifica.", encaminhada a este Poder Executivo por meio da Mensagem nº 362/2022-ALE.

Senhores Deputados, o indigitado autógrafo visa facultar, mediante requerimento do titular ou de seu representante legal, a inclusão na Cédula de Identidade de informação sobre a condição de pessoa com deficiência.

Inicialmente ressalto que a Lei Federal nº 9.404, de 18 de maio de 1995, que "Faculta o registro, nos documentos pessoais de identificação, das informações que especifica.", estabelece em seu artigo 2º as informações que podem ser incluídas na Cédula de Identidade a pedido, qual seja: a disposição de doar órgãos em caso de morte e condições particulares de saúde cuja divulgação possa contribuir para preservar a saúde ou salvar a vida do titular. Pari passu, o Decreto Federal nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022, que "Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para estabelecer os procedimentos e os requisitos para a expedição da Carteira de Identidade por órgãos de identificação dos Estados e do Distrito Federal, e a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, para estabelecer o Serviço de Identificação do Cidadão como o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.", determina em seu § 2º do artigo 14, que poderão ser incluídas as seguintes informações: tipo sanguíneo e fator RH; disposição a doar órgãos em caso de morte; e condições específicas de saúde cuja divulgação possa contribuir para preservar a sua saúde ou salvar a sua vida.

Portanto, verifica-se que tanto a Lei Federal quanto o Decreto Federal, não incluem a informação da pessoa com deficiência. Vale ressaltar que tramita desde 2017 Projeto de Lei do Senado nº 346 para alterar a Lei nº 9.049/1995 para permitir o registro da condição de "pessoa com deficiência" na Cédula de Identidade e no Documento Nacional de Identidade.

Ainda, o Autógrafo de Lei, indiretamente, estabelece procedimentos e cria atribuições a serem seguidos pelo Poder Executivo os quais deveriam ser tratados em projeto normativo de autoria do referido Poder, e não do Poder Legislativo, pois está-se, no presente Autógrafo, estabelecendo procedimentos e interferindo nas atribuições legais da Polícia Civil, que por meio do Instituto de Identificação Civil e Criminal Engrácia da Costa Francisco - IICC, é a responsável pela emissão do Registro Geral, conforme art. 136, da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017.

Neste contexto, constato a inconstitucionalidade formal orgânica do artigo 1º do indigitado Autógrafo em razão da usurpação de competência legislativa privativa da União para tratamento de matéria de direito civil e registros públicos, nos termos dos incisos I e XXV do artigo 22 da Carta Magna, ainda, inconstitucionalidade formal subjetiva, pois ao criar atribuições à Polícia Civil, viola a competência privativa do Governador para dispor sobre as atribuições das Secretarias de Estado e Órgãos do Poder Executivo, conforme alínea "d" do inciso II do §1º do artigo 39 da Constituição Estadual, sendo necessário o veto por arrastamento.

Assessoria Especial do Gabinete da Presidência

Ante o exposto, considerando a inconstitucionalidade formal orgânica e a inconstitucionalidade formal subjetiva, em virtude ao descumprimento, respectivamente, da Constituição Federal e Estadual, tem-se o presente veto total.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente à pronta manutenção deste Veto Total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS
Governador



Documento assinado eletronicamente por **Marcos José Rocha dos Santos, Governador**, em 21/12/2022, às 20:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0034566292** e o código CRC **AD51DCF9**.